



PRIVATIZAÇÃO É DESMANCHE DO ESTADO SOCIAL



As empresas estatais de serviços básicos e essenciais para a população de Minas Gerais foram protegidas pela histórica aprovação da PEC-50, que exige quórum qualificado e consulta plebiscitária em todo o Estado, para aprovar qualquer proposta de sua privatização. Empresas como a Copasa e a Cemig são instrumentos para que o Estado cumpra sua responsabilidade constitucional para garantir saúde, saneamento e energia para todos os cidadãos mineiros.

Políticas de subsídio cruzado em empresas como a Copasa permitem que as populações mais pobres do Estado não fiquem desassistidas, situação que uma iniciativa privada eliminaria em função da busca pelo lucro com serviços públicos.

A população de Minas será amplamente mobilizada contra qualquer iniciativa de privatização que penalize a universalização dos serviços públicos. **Página 3**

• **Querem aprofundar o desmonte da CLT e acabar com a aposentadoria**
Pág. 4

• **SINDÁGUA solicita a revisão de reajustes no COPASS SAÚDE**
Pág. 2

O MITO AMPLIA MASSACRE DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Duas carteiras profissionais: uma com direitos e outra sem direitos. Na hora de contratar seu empregado, o patrão perguntará qual delas o pretendente do emprego vai querer. É assim que ele prega que haverá mais empregos.

O novo governo, eleito numa avalanche de “fake news” e todo tipo de golpes prepara o fim completo das leis trabalhistas e das aposentadorias. Quem viver, verá! **Página 4**

**ADEUS,
MINISTÉRIO
DO TRABALHO.
OLÁ,
TEMPOS DA
ESCRavidÃO.**



EMPRESA NÃO PODE MUDAR REGRAS SEM NOVO ACORDO

A Copasa vem implementando várias medidas irregulares que prejudicam seriamente o direito dos trabalhadores, ferindo normas de Acordo Coletivo de Trabalho.

Numa destas mudanças, prejudicam trabalhadores que exercem a dupla-função como motoristas.

A empresa tentou que a comissão mudasse as condições que estabelecem o direito limitando apenas para quem dirige acima de 800 km mensais. A empresa quer adotar faixas de quilometragem mensal com o estabelecimento de valores fixos a cada faixa. Na prática a empresa quer adotar o pagamento por quilômetro rodado, quando nosso acordo coletivo estabelece que é devido a todos que exercem dupla-função como motorista acima de 3 km diário, devendo receber R\$ 16,26 por dia.

Queremos deixar claro que a comissão não tem poder para modificar um direito estabelecido em cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho e qualquer alteração que o prejudique caracteriza o descumprimento do ACT.

Repetimos, a gratificação é devida a quem exerce “dupla-função”, dirigindo veículos para a empresa além da sua própria função contratual, arcando com multas, acidentes e todos os riscos no trânsito.

O direito é devido aos trabalhadores e, caso a empresa decida evitá-lo, precisará contratar motoristas, eliminando a dupla função.

No apagar das luzes desta gestão, querem prejudicar normas sobre frequência, normas de viagem e outras. O Sindicato procurou a empresa, que se comprometeu a suspender as medidas, mas no dia seguinte voltou à carga com mais, exigindo compensação de dias trabalhados para o TRE em 30 dias.

Caso a empresa prossiga na intenção de prejudicar os direitos sem discuti-los em negociações coletivas, o Sindicato deverá ingressar judicialmente para preservá-los.

PLANOS DA COPASS SAÚDE

SINDÁGUA SOLICITA A REVISÃO DE REAJUSTES

Os trabalhadores receberam nas vésperas do Natal um “presente de grego” da Copass Saúde em reajustes nos planos que comprometem seriamente a capacidade de pagamento dos participantes.

Numa época de inflação em baixa, a instituição decidiu um reajuste que supera em muito a evolução dos salários da categoria, não retratando a realidade financeira dos participantes.

O SINDÁGUA encaminhou ofício à diretoria de Gestão Corporativa da Copasa, em que representamos a reclamação dos participantes pelos reajustes nas contribuições aos planos de saúde e odontológico, onerando também os valores de coparticipação nos procedimentos médicos.

No ofício ao diretor Francisco Cançado, manifestamos os seguintes pontos:

1. *As planilhas desenvolvidas pelos atuários necessitam ser revistas e auditadas, pois as propostas de reajustes provocarão um aumento significativo para todos os planos e para custos fixos e da coparticipação de cada procedimento, e poderão inviabilizar a manutenção dos assistidos nos planos de saúde e odontológico;*

2. *As propostas deveriam ser submetidas aos conselheiros, com antecedência, para serem discutidas com os participantes dos planos e com as entidades representativas, pois os valores propostos poderão ter consequências na manutenção dos mesmos e comprometer a saúde dos participantes e seus dependentes;*

3. *Destarte, que nos acordos coletivos foram encaminhadas propostas para criação de fundo para subsidiar os custos dos planos dos aposentados, bem como a revisão de tabela e outros procedimentos não implementados;*

4. *Ainda, há de se considerar que não recebemos os estudos que indicaram a necessidade de aumentos, nos percentuais propostos, bem como não foram consideradas as demais propostas das comissões criadas para minimizar os custos para todos os planos;*

5. *Também entendemos que os reajustes deveriam seguir a coincidência com a data base das categorias e a projeção dos reajustes poderia ser absorvida em negociações salariais com as patrocinadoras.*

Aguardamos a intervenção da direção da Copasa junto à gerência da Copass Saúde para que seja feita uma revisão dos reajustes a partir de janeiro/2019, além de ser dado conhecimento das planilhas atuariais aos participantes e que possamos buscar solução que minimize o impacto sobre todos os participantes dos planos.



Copasa quer economizar no transporte e dificulta vida dos trabalhadores

A Copasa está primando em desrespeitar acordo coletivo de trabalho. Agora, a irregularidade tenta impor um modelo de distribuição de vales-transporte em severo prejuízo aos trabalhadores.

Com o destaque de que faria uma economia de pouco mais de R\$ 5 mil, a empresa pretende tirar parte dos vales hoje concedidos para utilização em ônibus, trocando-os por vales de

metrô, mesmo sendo de conhecimento geral das precariedades do trem metropolitano de Belo Horizonte, com trajeto que obriga a todos a fazer um baldeamento para chegarem às residências.

A empresa se preocupa em fazer economia, mas não imagina a superlotação do metrô nos horários de pico, além de frequentes paralisações por questões trabalhistas dos funcionários



deste tipo de transporte.

A mudança pode comprometer seriamente os pontos dos trabalhadores, que serão obrigados a saírem muito mais cedo de casa para se sujeitarem a esta mudança autocrática e burra da empresa.

Governo colocará Minas à venda?

Privatização da Copasa e Cemig continua nos planos do governo

A ameaça de privatização volta a assombrar as empresas estatais de Minas Gerais, como a Copasa e a Cemig, com a implantação da agenda neoliberal do novo governo estadual, que pretende acelerar a entrega do nosso patrimônio público à iniciativa privada. O governador Romeu Zema mal tomou posse e já reafirmou que uma das prioridades de sua gestão é a venda das estatais mineiras, como parte da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RFF) do governo federal para renegociação da dívida do Estado com a União. Uma das exigências para o acordo é exatamente a privatização das empresas públicas estaduais.

O primeiro alvo seria a Cemig. A voracidade é tão grande que Zema anunciou que pretende enviar à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) um projeto para vender a empresa de energia elétrica, mas, para que isso ocorra, teria que rasgar a Constituição de Minas Gerais. As estatais mineiras estão protegidas contra a privatização desde 2002, quando foi aprovada, ainda no governo de Itamar Franco, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50, que passou a exigir votação qualificada na ALMG e plebiscito com toda a população mineira como premissas para qualquer



projeto de privatização dessas empresas.

Os estados que aderem ao Regime de Recuperação Fiscal, criado ainda no governo Temer, podem renegociar suas dívidas com a União, com a suspensão temporária dos pagamentos, desde que aceitem privatizar as estatais e reduzam os gastos com os servidores públicos.

Para conduzir a política de privatização do patrimônio do povo mineiro, Zema escalou para a secretaria da Fazenda um especialista em entreguismo. O novo ocupante da pasta, Gustavo Barbosa, foi responsável pela condução da renegociação da dívida do Rio de Janeiro com o governo federal, que estabelecia a entrega da Cedae, empresa estadual fluminense de saneamento, à iniciativa privada. O

detalhe interessante é que Barbosa ocupou a secretaria da Fazenda e Planejamento fluminense entre julho de 2016 e o início de 2018, durante o governo de Luiz Fernando Pezão, ficando cerca de 18 meses no cargo, mas a situação de calamidade financeira do estado não foi resolvida.

Somos contrários à entrega das empresas estatais mineiras à iniciativa privada e defendemos uma Copasa pública e responsável pela universalização dos serviços de água e esgoto em Minas. A privatização representa o aumento do valor das tarifas, a queda da qualidade dos serviços e o fim do subsídio cruzado, instrumento que permite que as populações mais pobres tenham acesso à água tratada e ao saneamento básico.

PRIVATIZAÇÃO CRIMINOSA

Os mineiros e principalmente a população da cidade de Pará de Minas estão estarecidos com as denúncias de como está sendo tratado o saneamento naquele município desde que os serviços foram privatizados.

Vídeos realizados em vários meses caíram nas redes sociais mostrando caminhões da empresa Águas do Brasil despejando esgoto in natura em córregos e em área bem próxima à estação de tratamento.

A constatação nua e crua demonstra que a empresa resolveu não arcar com os custos químicos e operacionais do tratamento do esgoto, antes de devolvê-lo aos mananciais, poluindo inconsequente e criminosamente o meio ambiente.

Isto não é apenas caso de polícia, mas de uma ação judicial para multar severamente a empresa e proibi-la de operar, pois pode trazer sérias consequências para a saúde

da população.

Este é o modelo e exemplo de privatização de serviços de saneamento, nas mãos de quem busca exclusivamente o lucro e se lixa para a saúde da população.



RETROCESSO TRABALHISTA PENALIZA O PAÍS

Querem aprofundar desmonte da CLT e acabar com a aposentadoria

O novo governo federal desenvolve uma série de medidas destrutivas, como o fim do Ministério do Trabalho; a ampliação da

reforma trabalhista, que desmontou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e a reforma da Previdência para dificultar ainda mais a aposentadoria dos brasileiros.

Destruição dos direitos trabalhistas

O novo presidente afirmou que a legislação trabalhista “tem que se aproximar da informalidade”. Criticou o artigo 7º da Constituição, que garante 13º salário, férias, seguro-desemprego, entre outros direitos, conquistas históricas da classe trabalhadora. Disse ainda que “ser patrão no Brasil é um tormento”, expressando seu apoio intransigente aos interesses das elites e do capital financeiro. O “mito” quer dar sequência à destruição iniciada por Temer, dando de ombros para o enorme descaso com a situação dos 13 milhões de desempregados, agravada pela reforma trabalhista.

Fim do Ministério do Trabalho

O fim do Ministério do Trabalho, criado em 1930, é outro grave retrocesso e severo golpe nos direitos da classe trabalhadora. O órgão teve papel importante na sociedade e sua extinção desarticulou as várias funções que desempenhava, como a discussão de políticas públicas para criação de empregos e geração de renda, auxílio ao trabalhador, fiscalização, estímulo às relações trabalhistas,

promoção de políticas salariais, garantia das normas de saúde e segurança no trabalho, a prevenção contra acidentes e o combate aos trabalhos análogos à escravidão.

O Ministério do Trabalho, na verdade, foi esquartejado, com suas atribuições sendo divididas entre várias pastas e secretarias, sem uma política unificada, com o objetivo de destruir de vez os direitos dos trabalhadores e atender aos interesses dos empresários.

Ataque aos sindicatos

Um dos pontos preocupantes é a transferência do registro sindical para o Ministério da Justiça, comandado pelo ex-juiz Sérgio Moro. Essa medida tem o claro propósito de criminalizar a ação sindical e enfraquecer e destruir as entidades representativas dos trabalhadores. O governo vai tratar o movimento sindical como inimigo, com fiscalização intensa e até perseguições, já que é um segmento que pode impor obstáculos à política ultraliberal e entreguista do novo governo.

Extinção da Justiça do Trabalho

Depois de acabar com o Ministério do Trabalho, o governo Bolsonaro aponta para novo alvo e mais retrocessos, ao admitir que estuda a absurda possibilidade extinguir a Justiça do Trabalho, passando todas as ações trabalhistas para a Justiça comum. A intenção, mais uma vez, é a flexibilização do mundo do trabalho, sob a alegação, conforme absurda declaração do novo presidente, de que “no Brasil há excesso de proteção ao trabalhador” e “a mão de obra é muito cara”, prejudicando o empregador.

Carteira verde e amarela



Um dos planos do novo governo é a criação de uma nova carteira de trabalho, verde e amarela, que reduzirá direitos para quem for ingressar no mercado, abrindo mão da contribuição patronal para o INSS e de encargos como auxílio-doença.

Previdência

Quanto à reforma da Previdência, conseguimos barrá-la na gestão de Temer, mas as ameaças à aposentadoria voltaram com força total no iniciante governo Bolsonaro, que pretende dar sequência aos golpes nas conquistas trabalhistas e sociais da classe trabalhadora e do povo brasileiro em geral.

O presidente e seu guru econômico, o poderoso ministro da Fazenda, Paulo Guedes, que é representante do mercado financeiro, já mostraram inúmeras vezes que pretendem atender aos interesses do capital privado e dificultar a vida dos trabalhadores.

Nova reforma

Depois de declarações e recuos de Bolsonaro e de atritos entre a equipe econômica e a ala política, o novo governo deve propor uma reforma “única e mais robusta”, com fixação de idade mínima – ainda não definida – e período de transição de 20 anos para o processo de aperto das regras.

A nova reforma, que deve ser enviada ao Congresso em fevereiro, além de alterar as atuais regras de aposentadoria no Brasil, vai criar um modelo de capitalização para os



trabalhadores que ainda entrarão no mercado de trabalho. Na capitalização, o segurado contribui para uma conta individual, e o valor do benefício é calculado em cima dessas contribuições.

O objetivo da “reforma” defendida por Bolsonaro é a privatização da Previdência, com a poupança individual dos trabalhadores sendo administrada por bancos e seguradoras. Modelo semelhante foi implantado no Chile, penalizando os trabalhadores, sobretudo os mais pobres, com falta de recursos, redução dos valores dos benefícios e aumento da desigualdade social.

Sindicalize-se! Fortaleça a defesa dos seus direitos!